

NOTA À IMPRENSA

Município de Sines apresenta pedido de adesão ao Programa de Apoio à Economia Local

A Assembleia Municipal de Sines aprovou, em sessão realizada no dia 3 de outubro, o pedido de adesão do Município de Sines ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), incluindo os respetivos pedido de autorização para contratação de empréstimo e Plano de Ajustamento Financeiro.

O órgão deliberativo do município aprovou o pedido de adesão ao PAEL por maioria, com votos a favor do SIM e do PS, votos contra da CDU e abstenção do PSD. A proposta de adesão tinha sido aprovada pela Câmara Municipal no dia 28 de setembro, com votos a favor do SIM e abstenções do PS e da CDU.

O PAEL, aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, traduz-se na possibilidade de os municípios, mediante o preenchimento de um conjunto de requisitos, obterem um empréstimo de médio e longo prazo para fazer face a dívidas a fornecedores vencidas (dívidas com mais de 90 dias, consideradas pagamentos em atraso) até 31 de dezembro de 2011.

O montante do empréstimo pedido pelo município de Sines é de 4 milhões 149 mil e 261 euros, o que corresponde a 90 por cento da dívida da autarquia registada até 31 de dezembro de 2011.

A ser aprovado o pedido de adesão, o financiamento concedido poderá ter este montante máximo de 90%, um montante mínimo de 50% ou, caso a verba total de mil milhões alocada ao PAEL no Orçamento Geral do Estado não seja suficiente para financiar todos os municípios aderentes, ser sujeito a rateio.

O PAEL divide-se em dois programas: Programa I, para autarquias em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, isto é, que não se prevê terem condições para o pagamento das dívidas sem este empréstimo; Programa II, que abrange outras autarquias, como a de Sines, que têm condições para resolver os problemas financeiros com medidas de redução das despesas e de melhoria das receitas.

Com efeito, o município de Sines, como todos os municípios que se candidatam ao Programa II do PAEL, apresenta um conjunto de medidas com vista ao restabelecimento da sua situação financeira.

Este Plano de Ajustamento Financeiro está sujeito a objetivos e compromissos assumidos pela Câmara, como a redução e racionalização da despesa corrente e de capital, a existência de regulamentos de controlo interno, a otimização da receita própria e a intensificação do ajustamento municipal nos primeiros cinco anos (2013-2017) dos catorze anos de vigência do PAEL (2013-2026).

O Plano de Ajustamento Financeiro apresentado pelo município de Sines integra o esforço efetuado e que continua a ser desenvolvido pela Câmara na redução de custos em áreas como a aquisição de bens e serviços e o pessoal. Contempla poupanças resultantes de investimentos



MUNICÍPIO DE SINES

municipais realizados e a realizar (ex. reformulação da iluminação pública da cidade, autonomia do abastecimento de água à população a partir de captações municipais e construção de ETAR municipal, entre outros), com os objetivos de aumentar as receitas, reduzir as despesas e manter serviços eficientes à população, às coletividades e instituições de solidariedade social.

A Assembleia Municipal, a Direção-Geral das Autarquias Locais e a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) acompanham a realização e o cumprimento deste programa.

Posição do presidente da Câmara, Manuel Coelho, sobre o pedido de adesão

“Como o presidente da Câmara esclareceu nas reuniões com o executivo da Câmara e na Assembleia Municipal (onde foram apresentados, discutidos e aprovados estes documentos para candidatura e pedido de adesão ao programa), a situação financeira atual desta câmara resulta fundamentalmente de três fatores:

1.º A grave crise financeira, económica e social do nosso país, provocada pelo grande capital financeiro e por políticas erradas dos últimos governos. Esta crise teve consequências graves nas nossas finanças, com redução de receitas do governo e da derrama e a impossibilidade de realizar receitas em venda de património improdutivo para pagar obras de grande valor e interesse – construção de escolas, equipamentos para os desportos, qualificação de estradas, ruas e centro histórico, entre outros;

2.º O volume de investimentos concretizados e em curso – para cuja realização fomos incentivados com a promessa de um apoio garantido em empréstimos a longo prazo e com juros bonificados. Com a mudança de governo, esse empréstimo não se realizou e tivemos que fazer face a esta situação com sacrifícios acrescidos e com o agravamento das dificuldades;

3.º A interrupção da aprovação de candidaturas e de pagamentos de mais de 8 meses de obras já realizadas, com custos acrescidos para a autarquia.

No entanto, este executivo já tinha iniciado um plano com medidas de contenção de despesas, melhoria de receitas e racionalização e otimização da gestão, para uma gestão eficiente que assegura uma governação com soluções para uma situação financeira saudável e a capacidade para continuar a fazer investimentos para desenvolvimento do concelho, valorização e qualificação da cidade de Sines e Porto Covo, de modo a torná-los atrativos a novos investimentos económicos, à criação de emprego e à qualidade de vida da população.

E já temos resultados que atestam essas políticas:

1 – Entre 2009 e 2012 realizaram-se investimentos em obras num valor superior a 23 milhões de euros, dos quais 18 milhões com encargos para a Câmara de cerca de 6 milhões, sem aumento global da dívida relativamente aos últimos quatro anos. Neste período, com contenção de despesas e melhoria na gestão, a Câmara reduziu a dívida aos bancos em mais de 4 milhões e 500 mil euros.

2 – Nesta data temos boas escolas, acessibilidades, rodovias qualificadas (estrada de Porto Covo, vias de entrada e circular norte, com características de vias urbanas e panorâmicas), o centro



MUNICÍPIO DE SINES

histórico requalificado, novos pavilhões para os desportos e obras da nova avenida da praia em curso e a ser pagas.

Com estes investimentos (alguns dos quais para reduzir despesas a curto prazo, como são os casos da água e energia elétrica), com o empréstimo que esperamos conseguir, com novas receitas de curto prazo e com um plano de poupanças e otimização de receitas e gestão financeira, conseguiremos inverter a situação de dívida e continuar a fazer os investimentos necessários ao desenvolvimento de Sines.

Esperamos a compreensão e confiança do povo de Sines, assim como a cooperação das forças da oposição com propostas, sugestões e o sentido de responsabilidade para se conseguirem melhorar os níveis de governação e a reivindicação perante o poder central para que cumpra os seus deveres e obrigações no desenvolvimento de Sines.

Apesar deste gravíssimo quadro de crise e incertezas sobre as soluções para o nosso país, estou confiante e com esperança num futuro de progresso para Sines.”

SIDI/PM/2012-10-08

Para solicitar mais informações sobre as notícias da nota use o email sidi@mun-sines.pt ou o telefone 269 630 665 (Serviço de Informação, Divulgação e Imagem).